

MINISTÉRIO DA  
INTEGRAÇÃO E DO  
DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

# **RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

## **CPR SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA**

### **1º semestre de 2025**

Comitê Gestor

Julho/2025



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**  
**SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA**

**COMITÊ GESTOR DA CONTA DO PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS  
DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO SÃO FRANCISCO E DO RIO PARNAÍBA  
CPR SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA**

**RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS  
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2025**

**BRASÍLIA/DF  
JULHO DE 2025**



## **COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO SÃO FRANCISCO E DO RIO PARNAÍBA – CPR SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA**

### **PRESIDENTE:**

Giuseppe Serra Seca Vieira

### **MEMBROS:**

I - do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional:

- a) Giuseppe Serra Seca Vieira, como 1º titular;
- b) Amanda Mesquita Souto, como suplente do 1º titular;
- c) Vago, como 2º titular; e
- d) Alexandre Saia, como suplente do 2º titular;

II - da Casa Civil da Presidência da República:

- a) Cristiane Collet Battiston, como titular; e
- b) Irani Braga Ramos, como suplente;

III - do Ministério da Agricultura e Pecuária:

- a) Pedro Alves Corrêa Neto, como titular; e
- b) Ivana Merched Oliveira Guerreiro, como suplente;

IV - do Ministério das Cidades:

- a) André Pedro Sobreiro Martins, como titular; e
- b) Johnny Ferreira dos Santos, como suplente;

V - do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima:

- a) Iara Bueno Giacomini, como titular; e
- b) Alexandre Resende Tofeti, como suplente;

VI - do Ministério de Minas e Energia:

- a) Guilherme Silva de Godoi, como titular; e
- b) Wilson Rodrigues de Melo Junior, como suplente; e

VII - da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente:

- a) Igor Klaus Pinheiro Cavalcante Silva, como titular; e
- b) Ivens Barboza Leão, como suplente.

### **Equipe Técnica de suporte à Secretaria-Executiva para os Comitês:**

Ramille Soares de Paula

Giuliana Correa

## Sumário

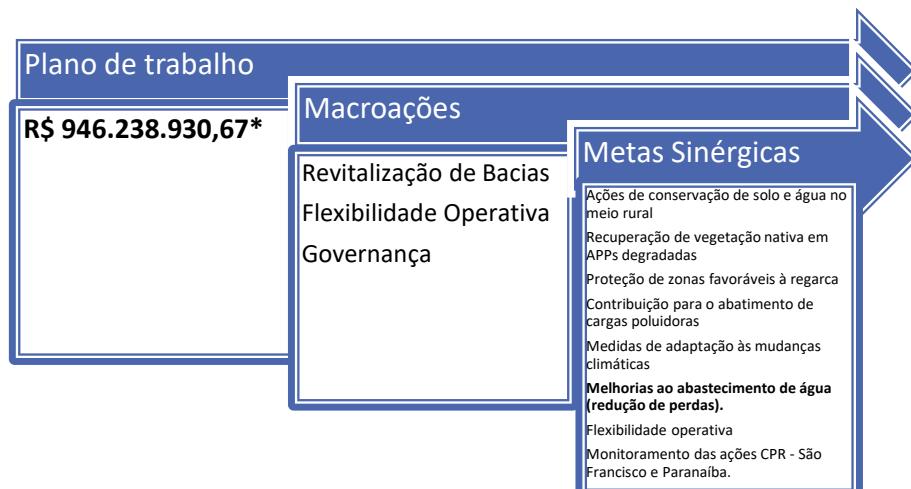
Carta do Presidente do CPR São Francisco e Parnaíba .....	1
I-Histórico da atuação do CPR São Francisco e Parnaíba.....	3
A-    Localização dos investimentos do plano de trabalho atualizado.....	7
B - Pagamento de despesas custeadas pela Eletrobras .....	10
C- Cronograma financeiro das ações habilitadas - CPR São Francisco e Parnaíba.....	11
II. Publicização.....	1
Execução do Plano de Trabalho .....	4
III. Síntese do Relatório da Auditoria Independente.....	10
IV. Considerações Finais .....	17
Referências Bibliográficas .....	18
Anexos.....	18
II-Resoluções .....	18
III-Atas .....	19
IV-Relatório da Auditoria Independente .....	19

## Carta do Presidente do CPR São Francisco e Parnaíba

Diante da atribuição dada pela Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021, regulamentou a criação das contas bancárias destinadas ao depósito de parte dos recursos oriundos do processo de desestatização da Eletrobras com o objetivo de promover ações de revitalização dos recursos hídricos nas regiões definidas pela Lei, além de instituir os comitês responsáveis por aprovar a destinação dos recursos dessas contas. Após a reforma administrativa de 2023, foi editado o Decreto nº 11.653, de 23 de agosto de 2023, definindo os representantes atuais dos comitês, que, para São Francisco e Parnaíba, é constituído pelo MIDR, MAPA, MMA, MME, MCidades, Casa Civil da Presidência da República e pela Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema).

Em observância à exigência contida no art. 3º da Portaria Normativa CGU nº 137, de 3 de julho de 2024, apresento o Relatório de Prestação de Contas do CPR São Francisco e Parnaíba, o qual contempla as atividades do Comitê realizadas entre janeiro e junho de 2025.

Figura 1 – Ações e metas do Plano de Trabalho.



Fonte: Secretaria-Executiva para o CPR São Francisco e Parnaíba, junho/2025.

\*Valor de ações aprovadas, com custo da Auditoria Independente, sem custos adicionais de execução.

As ações contemplam todas as sub-regiões hidrográficas da área definida na Lei 14.182/2021. Com ações diretas foram beneficiados 53 municípios, sendo 8 em Minas Gerais, 14 na Bahia, 21 em Pernambuco, 4 no Maranhão, 4 em Sergipe e 2 em Alagoas. As ações de monitoramento e informação abrangem toda a área contemplada pela Lei 14.182/2021 e os municípios serão beneficiados indiretamente.

Os 66 projetos aprovados até o momento mais a Auditoria Independente que representaram um comprometimento de 45% do valor total aprovado pela CPR no orçamento de 2024, 33% no orçamento de 2025, 21% no orçamento de 2026 e 2% no orçamento previsto para 2027. Em 30 de junho de 2025 o saldo na conta era de R\$ 1.251.545.548,33. O cronograma é

Quadro 1 – Percentual de orçamento comprometido com projetos aprovados, até 30/06/2025.

Total das ações	2024	2025	2026	2027	2025
R\$ 945.742.132,52*	R\$ 0,00	R\$ 323.149.632,49	R\$ 397.520.694,40	R\$ 192.535.568,00	R\$ 26.233.312,73
	0%	26%	21%	16%	2%

Fonte: Secretaria-Executiva para o CPR São Francisco e Parnaíba, junho 2025.

\* Valor total das ações sem os custos da Auditoria Independente

Este Relatório busca apresentar o trabalho realizado pelo Comitê Gestor da Conta do Programa de Revitalização dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba - CPR São Francisco e Parnaíba, no período de 31 de dezembro de 2024 a 30 de junho de 2025, destacando o planejamento estratégico e as ações aprovadas para execução neste biênio.

Espera-se que o investimento realizado em projetos de revitalização dos recursos hídricos e flexibilização operativa, uma vez implementados, possam ampliar a disponibilidade hídrica para os diversos usos. Vale ressaltar, que as ações contribuem diretamente e simbioticamente com as políticas e planos setoriais dos ministérios que compõem o Comitê Gestor.

Giuseppe Serra Seca Vieira

## I-Histórico da atuação do CPR São Francisco e Parnaíba.

O plano de trabalho vigente é composto por 66 ações das quais na Bacia do Rio São Francisco foram contemplados 61 empreendimentos que totalizam o valor de R\$ 917.047.076,58 e Bacia do Rio Parnaíba 5 empreendimentos que totalizam no valor de R\$ 35.727.985,74, além da contratação da Auditoria Independente, no valor de R\$ 1.944.885,00.

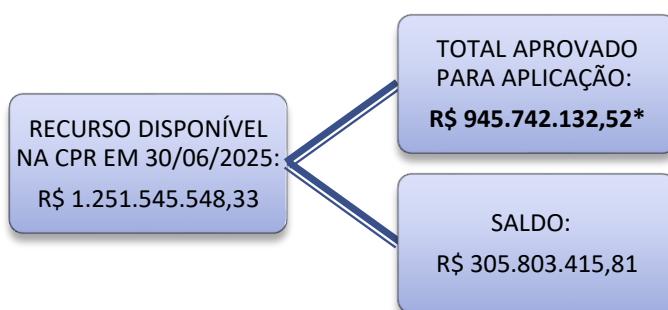
Neste relatório apresenta-se a síntese das informações na qual as ações habilitadas para a contratação pela Eletrobras são relacionadas. No Anexo I, são listadas em detalhe as propostas, o órgão proponente, o(s) município(s) beneficiado(s) e seu respectivo Estado, o valor aprovado, o percentual do projeto em relação ao valor disponível na conta em 30 de junho de 2025, o enquadramento da ação e o principal plano de referência que terá contribuição em suas metas.

As resoluções dos comitês que dão diretrizes às habilitações das ações do Comitês Gestor e outras disposições estão disponíveis no Anexo II, bem como as atas das reuniões no Anexo III.

Cabe ressaltar que o plano de trabalho e sua atualização visava a sinergia entre as diversas políticas públicas relacionadas ao tema e os planos setoriais. No entanto, para fins de acompanhamento do suporte às metas dessas políticas, identificou-se o plano/programa com maior pluralidade e abrangência de ações, como o Texto-base do Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas, o Plano Nacional de Recursos Hídricos e o Plano de Recuperação de Reservatórios.

O recurso disponível compreende os valores dos depósitos anuais de R\$ 350.000.000,00, para os anos de 2023, 2024 e 2025, os rendimentos das aplicações financeiras, que somam R\$ 184.619.426,36, e o reajuste pelo IPCA, que totalizou R\$ 60.537.651,36 (Data base: junho/2022). São descontados os valores de resgates de R\$ 9.376.588,87, as taxas bancárias em total de R\$ 490,55 e o imposto de renda, no total de R\$ 34.234.449,97, gerando um saldo de R\$ 1.251.545.548,33. Desta forma, na figura 2, tem-se os valores referências do Plano de Trabalho em 30 de junho de 2025.

Figura 2 – Resumo dos valores da CPR São Francisco e Parnaíba em junho de 2025.



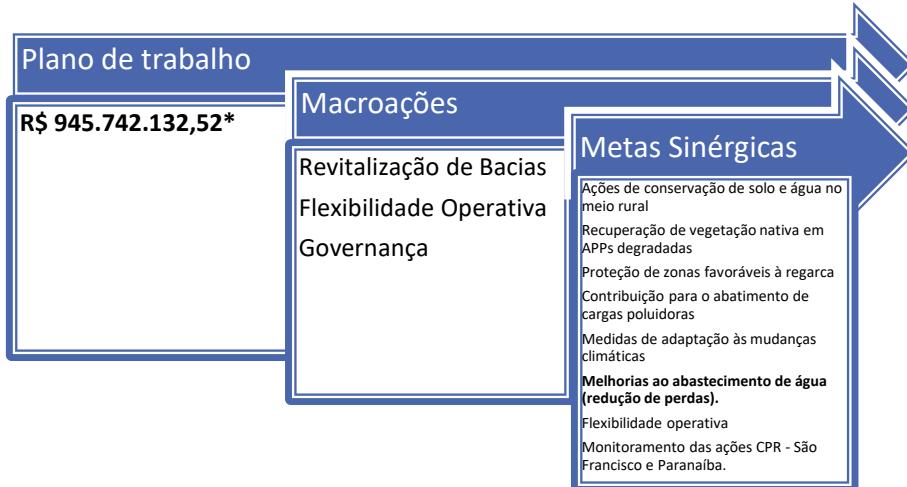
Fonte: Secretaria-Executiva para o CPR São Francisco e Parnaíba, junho 2025.

\*Valor de ações aprovadas, sem custos adicionais de execução e sem custo da Auditoria Independente.

As ações do Plano de Trabalho foram enquadradas em macroações de Revitalização de Bacias, Flexibilidade Operativa e Governança. Cada ação foi vinculada a uma política pública de referência, conforme o art. 4º da Resolução nº 02/2023 do CPR.

Identificou-se a meta mais aderente à ação, denominada de “Meta Sinérgica”, visando o acompanhamento da ação e seu impacto na política apoiada. Na figura 6 é apresentada a síntese das ações habilitadas.

Figura 3 – Ações e metas do Plano de Trabalho.



Fonte: Secretaria-Executiva para o CPR São Francisco e Parnaíba, junho/2025.

\*Valor de ações aprovadas, sem custos adicionais de execução e sem custo da Auditoria Independente.

O plano de trabalho concentrou-se em ações estratégicas para os órgãos membros, sendo a revitalização de bacias a macroação que obteve maior aporte de recursos, como pode ser visto em valores no quadro 2 e na figura 4.

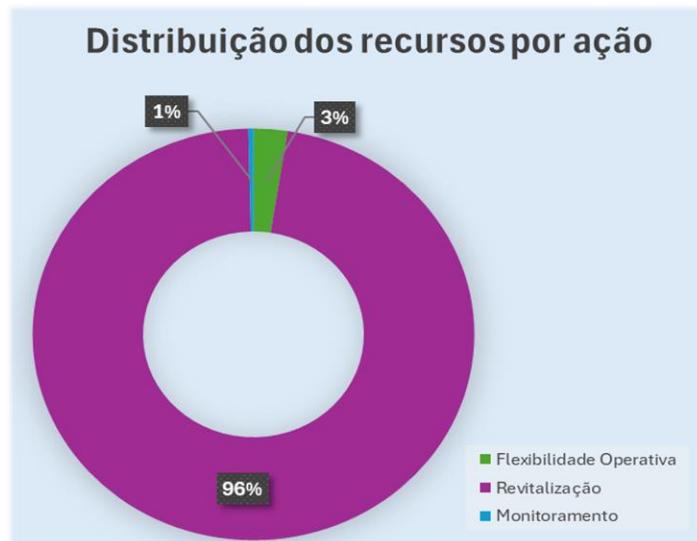
Quadro 2 – Distribuição dos recursos por macroação até 30 de junho de 2025.

Macroação	Recurso habilitado
Flexibilidade operativa	R\$ 20.103.7140,35
Governança	R\$ 1.103.311,99
Revitalização de Bacias	R\$ 924.535.106,18

Fonte: Secretaria-Executiva para o CPR São Francisco e Parnaíba, junho 2025.

Na figura 4 é ilustrada a distribuição dos recursos por ação.

Figura 4 – Síntese da distribuição dos recursos por ações, até junho 2025.



Fonte: Secretaria-Executiva para o CPR São Francisco e Parnaíba, junho 2025.

As ações habilitadas no Plano de trabalho foram definidas com estratégia coordenada, integrando os projetos, visando obter resultados sinérgicos, ganho de escala e impacto positivo relevante. As três macroações são complementares, tendo a governança papel fundamental para a definição de novas ações, assim como o monitoramento e avaliação do Plano de Trabalho vigente.

Para a meta Flexibilidade Operativa, suas ações correspondentes tiveram como referência principal o Plano de Recuperação de Reservatórios de Regularização de Usinas Hidrelétricas do País (PRR), que contempla ações voltadas à promoção da segurança hídrica e energética no país, a serem desenvolvidas sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia, em atendimento ao disposto no Art. 30 da Lei nº 14.182, de 2021, que definiu diretrizes para o Poder Executivo elaborar o referido plano.

Para a meta Governança, a ação de Monitoramento das Ações visa a implementação de um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade, conforme Decreto nº 9.203/2017, incluindo a auditoria independente contratada em observância ao Decreto nº 10.838/2021.

Para a meta Revitalização de Bacias, as demais ações têm como referência principal o Texto-base do Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas - PNRBH, que objetiva a formulação de diretrizes e estratégias, assim como viabilizar um conjunto de ações integradas de preservação, conservação e recuperação das bacias hidrográficas para promover o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e o aumento da disponibilidade hídrica, em quantidade e qualidade, para os mais diversos usos. Cabe ressaltar que o PNRBH reuniu metas de políticas similares e, desta forma, as metas somam-se a outros planos setoriais.

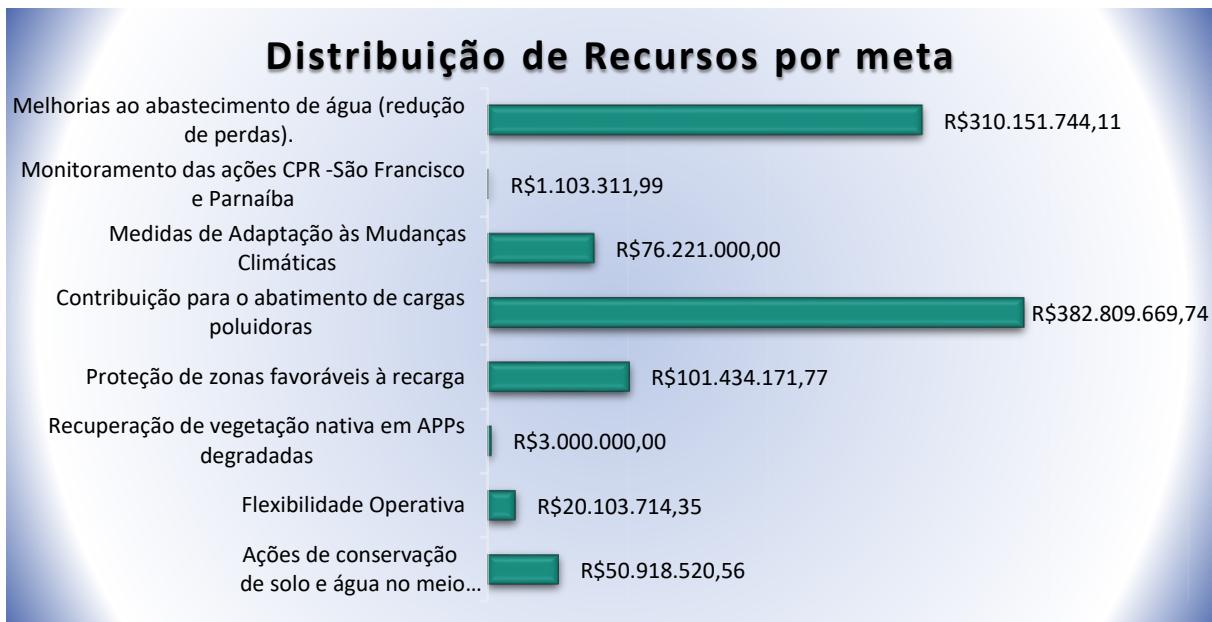
As metas relativas à alocação dos recursos previstos para cada meta sinérgica no Plano de Trabalho são sintetizadas na Tabela 6 e Figura 8.

Quadro 3 – Recursos por metas, junho 2025.

Macroação	Meta	Recursos
Revitalização de Bacias	Ações de conservação de solo e água no meio rural	R\$ 50.918.520,56
	Recuperação de vegetação nativa em APPs degradadas	R\$ 3.000.000,00
	Proteção de zonas favoráveis à recarga	R\$ 101.434.171,77
	Contribuição para o abatimento de cargas poluidoras	R\$ 382.809.669,74
	Medidas de Adaptação às Mudanças Climáticas	R\$ 76.221.000,00
	Melhorias ao abastecimento de água (redução de perdas).	R\$ 310.151.744,11
Flexibilidade operativa	Flexibilidade operativa	R\$ 20.103.714,35
Governança	Monitoramento das ações CPR -São Francisco e Parnaíba	R\$ 1.103.311,99
	Auditória Independente	R\$ 1.944.885,00

Fonte: Secretaria-Executiva para o CPR São Francisco e Parnaíba, junho/2025.

Figura 5 – Distribuição de recurso por meta associada, junho/2025.



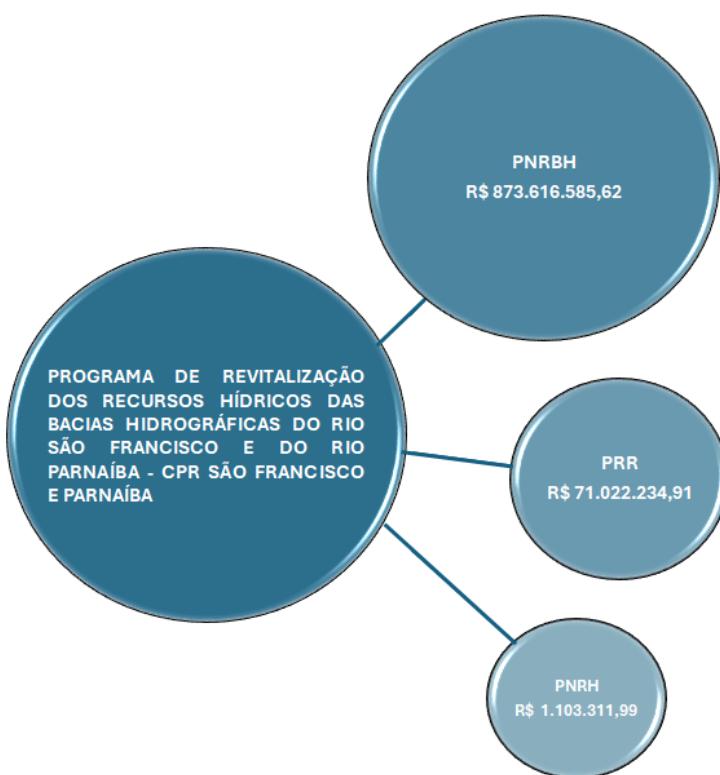
Fonte: Secretaria-Executiva para o CPR São Francisco e Parnaíba, junho 2025

As ações do Comitê Gestor visando a recarga afluente e flexibilidade operativa contribuem diretamente para metas de outros planos, programas e políticas públicas que regem os normativos sobre o tema.

Para tanto, dentre os documentos de referência, identificou-se aqueles onde as ações aprovadas teriam maior aderência em relação às metas estipuladas nestes documentos.

Neste Plano de Trabalho, as ações que o compõe terão maior contribuição no Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas - PNRBH, no Plano de Recuperação de Reservatórios de Regularização de Usinas Hidrelétricas do País - PRR e no Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, além de condicionantes da Lei 14.182/2021, como a ação de “Contratação da Auditoria Independente” e a ação de “Monitoramento das Ações” visando suporte à governança dos Comitês. Os planos/programas beneficiados são apresentados na figura 6.

Figura 6 – Distribuição dos recursos por plano setorial, junho/2025.



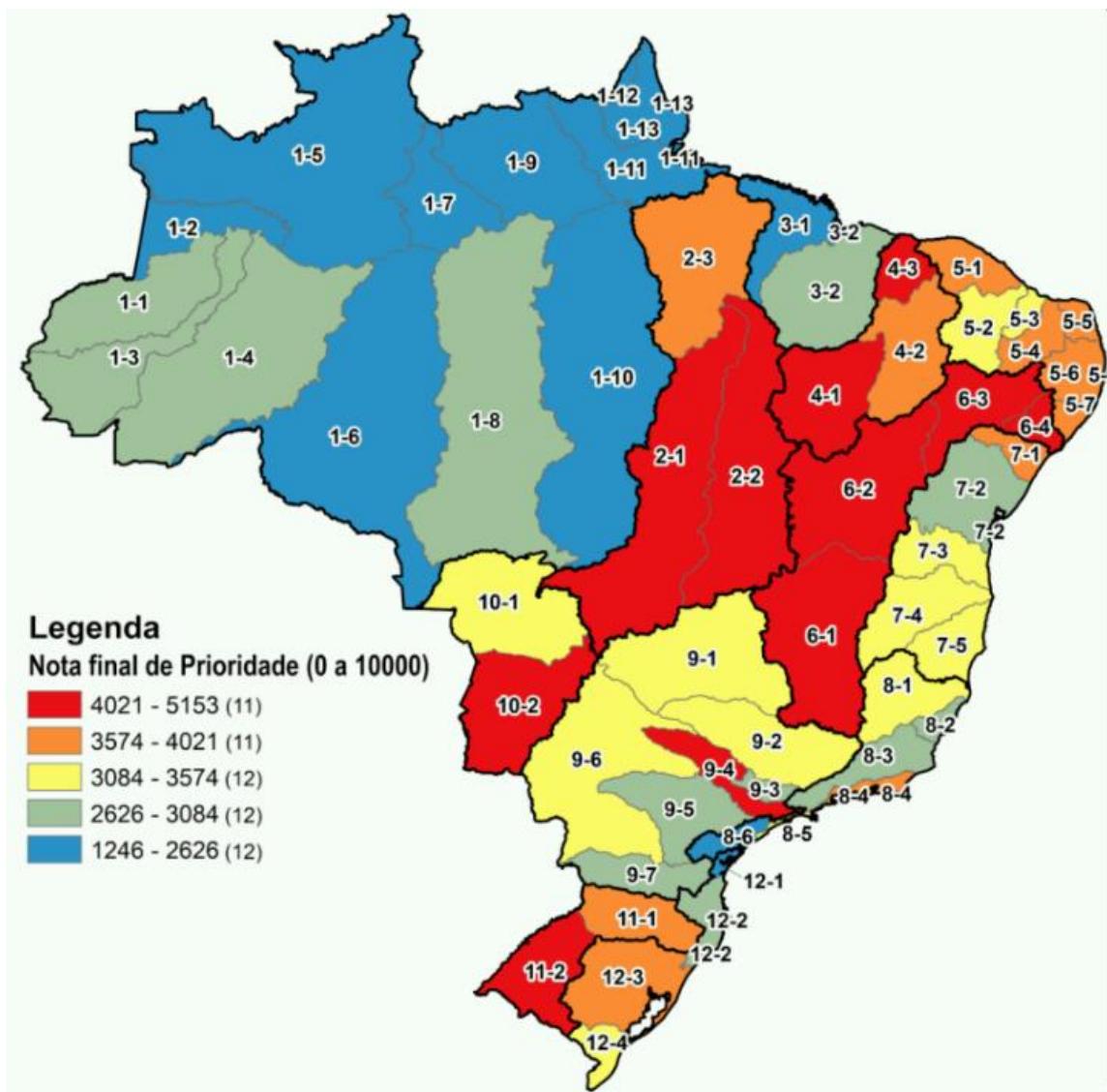
Fonte: Secretaria-Executiva para os CPR São Francisco e Parnaíba, junho/2025.

#### A- Localização dos investimentos do plano de trabalho atualizado.

De acordo com o art. 3º da Resolução nº 02/2023, o desenvolvimento de ações de revitalização dos recursos hídricos deve ser orientado por estratégia coordenada, que integre os projetos, concentrando a implementação em sub-bacias prioritárias.

A priorização das sub-regiões hidrográficas foi determinada no Texto-base do PNRBH e é ilustrada na figura 7.

Figura 7 – Hierarquização das sub-regiões hidrográficas, segundo o PNRBH 2022.

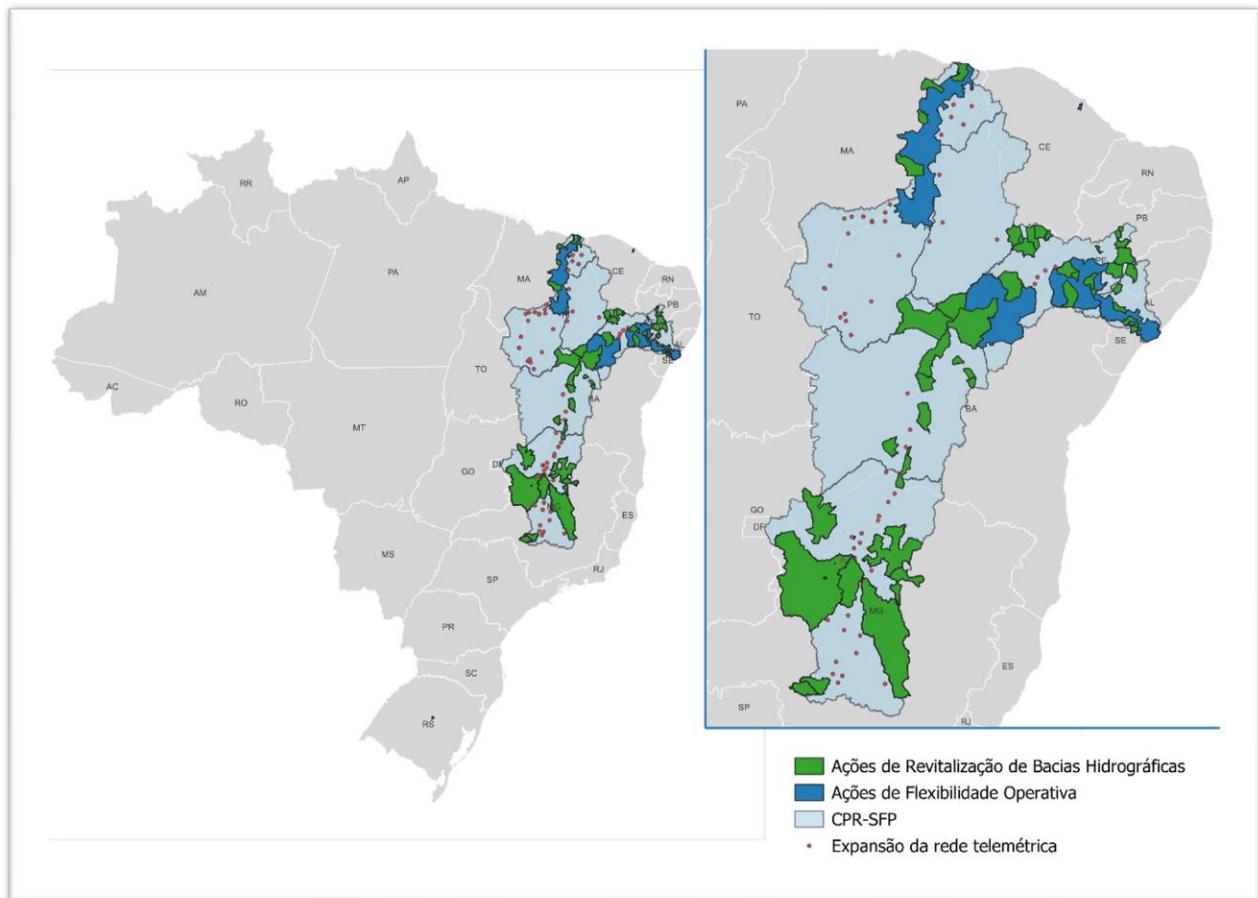


Fonte: PNRHB,2022.

A hierarquização se dá a partir da definição de temas prioritários para a revitalização de bacias hidrográficas que subsidiou a priorização das bacias. As Dimensões Ecossistêmica, Humana e Hídrica, com os maiores pesos nas dimensões, englobam temáticas bastante relevantes para a revitalização de bacias, como as Áreas de Mananciais Críticos, o Grau de Degradação das APPs, a Erosão do Solo, o Tratamento de Esgotos Domésticos Urbanos, a Carga Orgânica Remanescente e a Proteção da Recarga das Águas Subterrâneas.

Como pode ser visto na figura 8, as ações concentram-se nas regiões prioritárias definidas no texto base do PNRBH.

Figura 8 – Localização territorial das ações habilitadas no Plano de Trabalho.



Fonte: Secretaria-Executiva para o CPR São Francisco e Parnaíba, junho/2025.

As ações contemplam todas as sub-regiões hidrográficas da área da Lei 14.182/2021. Com ações diretas, foram beneficiados 54 municípios, sendo 8 em Minas Gerais, 15 na Bahia, 21 em Pernambuco, 4 no Maranhão, 4 em Sergipe e 2 em Alagoas, com ações de esgotamento sanitário e abastecimento de água, que contribuem com as metas para o abatimento de cargas poluidoras e melhorias ao abastecimento de água (redução de perdas), respectivamente.

As ações de conservação de solo e água no meio rural, recuperação de vegetação nativa em APPs degradadas, que preveem proteção de zonas favoráveis à recarga e medidas de adaptação às mudanças climáticas totalizam quatro ações que abrangem mais de um município, com intervenções que serão definidas em projeto ou terão impactos indiretos, como as ações de flexibilidade operativa.

As ações de monitoramento e informação abrangem toda a área contemplada pela Lei 14.182/2021 e os municípios serão beneficiados indiretamente. No caso da ação 1.51 - Expansão da rede Telemétrica do INMET na Bacia do São Francisco, estão previstas ações em 26 municípios de Minas Gerais, 8 municípios de Alagoas, 18 municípios da Bahia, 8 municípios de Pernambuco e 10 municípios de Sergipe. Na ação 1.52 - Expansão da rede na Bacia do Parnaíba estão previstas ações em 22 municípios do Maranhão e 38 municípios do Piauí, totalizando 130 municípios.

## B - Pagamento de despesas custeadas pela Eletrobras

Em 21 de outubro de 2024, foi publicada a Resolução nº 06/2024 da CPR-SFP, que aprova as regras para pagamento de despesas custeadas pela Eletrobras e destinadas a execução das ações aprovadas pelo Comitê Gestor da CPR-São Francisco e Parnaíba, na qual é estabelecido que:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento, com recursos da CPR- São Francisco e Parnaíba, de despesas custeadas pela Eletrobrás e destinadas a execução das ações aprovadas pelo Comitê Gestor da CPR- São Francisco e Parnaíba, tendo em vista a necessidade do alcance pleno dos objetivos estabelecidos pela Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e pelo Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021, desde que observados os seguintes procedimentos:

I - A despesa a ser paga deve, necessariamente, ser relacionada a uma ação específica aprovada pelo Comitê Gestor da CPR- São Francisco e Parnaíba;

II - A despesa deve ser especificada de forma detalhada, contendo a composição dos custos individualizados;

III - Os custos relativos à despesa devem ser compatíveis com os praticados pelo mercado, devendo ser utilizados os referenciais oficiais de preços do Governo Federal;

PARÁGRAFO ÚNICO. Caso a despesa a ser paga esteja associada a uma ação aprovada anteriormente à publicação dessa resolução, o pagamento será realizado em conformidade com as disposições aqui estabelecidas.

Art. 2º Serão consideradas passíveis de pagamento com recursos da CPR - São Francisco e Parnaíba as despesas elencadas no artigo 6º, § 2º, do Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021.

Dessa forma, a Eletrobras apresentou os custos das ações listadas na tabela 7 que foram apreciados e aprovados pelo Comitê Gestor:

Quadro 4 – Valores aprovados para pagamento de execução das ações, até 30 de junho de 2025.

Projeto	Valor Realizado
Restauração do barco à Vapor Benjamim Guimarães	R\$ 4.015.211,05
Estudo e Projeto básico para melhoria das condições de navegabilidade em áreas críticas no trecho do Baixo São Francisco.	R\$ 127.054,07
Recuperação das APPs Hídricas SF e Parnaíba	R\$ 2.220,58
Levantamento das restrições de captações em torno dos lagos de Sobradinho e Paulo Afonso.	R\$ 18.569,61
Estudo das linhas d'água do Rio Parnaíba no trecho a jusante da UHE Boa Esperança.	R\$ 24.594,74
Estrada Parque Nacional Serra da Canastra	R\$ 108.396,75
Expansão da rede na Bacia do São Francisco	R\$ 51.013,18
Expansão da rede na Bacia do Parnaíba	R\$ 43.725,58
Revitalização hidroambiental das microbacias do Rio Samburá e do Ribeirão dos Patos, sub-bacia Alto São Francisco	R\$ 87.400,62

Revitalização hidroambiental da microbacia do alto Rio Riachão, sub bacia do Rio Pacuí	R\$ 17.858,61
Revitalização hidroambiental da microbacia do Rio das Pedras, sub bacia do Rio Verde Grande	R\$ 29.418,19
Revitalização hidroambiental das microbacias dos Rios alto São Miguel, Bebedouro e Piratinga, sub bacia do Alto Urucuia	R\$ 108.396,75
Fortalecimento da governança da gestão integrada dos reservatórios do sistema elétrico nacional.	R\$ 12.394,15
Sistema Online de Monitoramento e Pesquisa com uso de Geotecnologias	R\$ 5.726,09
Esgotamento Sanitário em PARATINGA-BA	R\$ 11.015,05
Adutora da fé - 2 Etapa do Sistema Integrado de abastecimento de Água nos municípios de Bom Jesus da Lapa, Riacho de Santana e Igaporã	R\$ 108.396,75
<b>Total realizado no 1º semestre</b>	<b>R\$ 4.771.391,77</b>

Fonte: Secretaria-Executiva para o CPR São Francisco e Parnaíba, junho 2025

#### C- Cronograma financeiro das ações habilitadas - CPR São Francisco e Parnaíba.

As ações previstas no Plano de Trabalho têm desembolso programado de acordo com os documentos técnicos de contratação das ações elaborados pela Eletrobras, como pode ser visto no cronograma de desembolsos anuais previstos para as ações habilitadas.

Quadro 5 – Cronograma de desembolsos anuais previstos para as ações habilitadas, até 30 de junho de 2025.

1	Propostas/Projetos	Total	2024	2025	2026	2027	2028
1.1	Execução de obras de reforma/recuperação da estrada de acesso ao Parque Nacional da Serra da Canastra, município de São Roque de Minas*	R\$ 50.918.520,56		R\$ 24.633.120,46	R\$ 24.930.470,35	R\$ 1.354.929,75	
1.2	Restauração do barco à Vapor Benjamim Guimarães	R\$ 5.314.152,49	R\$ 1.935.186,74	R\$ 3.378.965,75			
1.3	Recuperação Ambiental de APP hídricas em áreas críticas das Bacias dos Rios São Francisco e Parnaíba - Detalhamento	R\$ 3.000.000,00		R\$ 3.000.000,00			
1.4	Estudo e Projeto básico para melhoria das condições de navegabilidade em áreas críticas no trecho do Baixo São Francisco.	R\$ 2.860.000,00		R\$ 2.860.000,00			
1.5	Levantamento das restrições de captações em torno dos lagos de Sobradinho e Paulo Afonso.	R\$ 2.090.000,00		R\$ 2.090.000,00			
1.6	Estudo das linhas d'água do Rio Parnaíba no trecho a jusante da UHE Boa Esperança.	R\$ 2.768.120,00		R\$ 2.768.120,00			
1.7	Projeto de Revitalização Hidroambiental das Microbacias do Rio Samburá e do Ribeirão dos Patos, Sub-bacia do Alto São Francisco (MG).	R\$ 24.189.088,22		R\$ 16.715.332,63	R\$ 6.668.478,61	R\$ 805.276,98	
1.8	Projeto de Revitalização Hidroambiental das Microbacias do Alto Rio São Miguel, Bebedouro e Rio Piratinga, Sub-bacia do Alto Urucuia, Médio São Francisco (MG)	R\$ 68.135.705,38		R\$ 20.944.466,66	R\$ 16.685.283,40	R\$ 17.623.560,21	R\$ 12.882.395,11

<b>1.9</b>	Projeto de Revitalização Hidroambiental da Microrbacia Alto Rio Riachão, sub-bacia do rio Pacuí, Médio São Francisco (MG)	R\$ 3.441.029,73		R\$ 3.441.029,73			
<b>1.10</b>	Projeto de Revitalização Hidroambiental da Microrbacia Rio das Pedras, sub-bacia do rio Verde Grande, Médio São Francisco (MG)	R\$ 5.668.348,44		R\$ 5.668.348,44			
<b>1.11</b>	Aprimoramento da base de dados das restrições operativas hidráulicas das usinas hidrelétricas (UHEs) do Sistema Interligado.	R\$ 5.551.724,14		R\$ 2.702.660,44	R\$ 2.849.063,70		
<b>1.12</b>	Fortalecimento da governança da gestão integrada dos reservatórios do sistema elétrico nacional.	R\$ 1.519.717,72		R\$ 1.519.717,72			
<b>1.13</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Canapi	R\$ 950.000,00		R\$ 910.416,67	R\$ 39.583,33		
<b>1.14</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Macuraré	R\$ 2.668.978,00		R\$ 2.224.148,33	R\$ 444.829,67		
<b>1.15</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Malhada	R\$ 13.040.194,30		R\$ 6.329.927,67	R\$ 6.194.092,31	R\$ 516.174,32	
<b>1.16</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Morpara	R\$ 11.046.442,00		R\$ 4.602.684,17	R\$ 5.523.221,00	R\$ 920.536,83	
<b>1.17</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Paratinga	R\$ 22.355.952,60		R\$ 9.028.451,46	R\$ 8.942.381,04	R\$ 4.385.120,10	
<b>1.18</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de São Félix do Coribe	R\$ 25.421.023,50		R\$ 12.339.788,50	R\$ 12.074.986,15	R\$ 1.006.248,85	
<b>1.19</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Sento Sé	R\$ 5.071.083,90		R\$ 3.264.510,27	R\$ 1.806.573,63		
<b>1.20</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Xique-Xique	R\$ 65.637.980,20		R\$ 21.277.645,23	R\$ 21.879.326,74	R\$ 21.879.326,74	R\$ 601.681,49

<b>1.21</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Petrolândia	R\$ 18.000.000,00		R\$ 9.093.750,00	R\$ 8.550.000,00	R\$ 356.250,00	
<b>1.22</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Cedro de São João	R\$ 10.308.307,10		R\$ 3.600.176,27	R\$ 6.528.594,48	R\$ 179.536,35	
<b>1.23</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Guraru	R\$ 3.600.000,00		R\$ 3.410.000,00	R\$ 190.000,00		
<b>1.24</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Malhada dos Bois	R\$ 3.500.000,00		R\$ 3.315.277,78	R\$ 184.722,22		
<b>1.25</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Afogados da Ingazeira	R\$ 25.000.000,00		R\$ 6.000.000,00	R\$ 9.500.000,00	R\$ 9.500.000,00	
<b>1.26</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Belém do São Francisco	R\$ 13.927.200,00		R\$ 4.739.116,67	R\$ 8.820.560,00	R\$ 367.523,33	
<b>1.27</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Bodocó	R\$ 4.219.288,67		R\$ 2.437.811,26	R\$ 1.781.477,44		
<b>1.28</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Exu	R\$ 5.107.761,30		R\$ 2.681.574,67	R\$ 2.426.186,63		
<b>1.29</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Santa Terezinha	R\$ 4.356.010,10		R\$ 4.126.109,54	R\$ 229.900,56		
<b>1.30</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Trindade	R\$ 5.841.521,80		R\$ 3.066.798,93	R\$ 2.774.722,87		
<b>1.31</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Moreilândia	R\$ 2.541.381,70		R\$ 2.273.124,78	R\$ 268.256,92		
	Propostas com contratação de atualização dos projetos.						

<b>1.32</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Canarana	R\$ 23.999.387,50		R\$ 1.199.969,37	R\$ 9.499.757,55	R\$ 11.399.709,07	R\$ 1.899.951,51
<b>1.33</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de lapão	R\$ 8.184.392,20		R\$ 1.705.081,71	R\$ 6.479.310,49		
<b>1.34</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Parnarama	R\$ 2.600.000,00		R\$ 1.612.000,00	R\$ 988.000,00		
<b>1.35</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Santa Quitéria	R\$ 6.300.000,00		R\$ 2.808.750,00	R\$ 3.491.250,00		
<b>1.36</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Buritizeiro	R\$ 12.500.000,00		R\$ 1.944.444,44	R\$ 7.916.666,67	R\$ 2.638.888,89	
<b>1.37</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Buíque	R\$ 5.993.000,00		R\$ 1.566.420,38	R\$ 4.426.579,62		
<b>1.38</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Calumbi	R\$ 7.497.476,00		R\$ 2.499.158,67	R\$ 4.998.317,33		
<b>1.39</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Ibimirim	R\$ 26.647.376,00		R\$ 3.441.952,73	R\$ 10.126.002,88	R\$ 10.126.002,88	R\$ 2.953.417,51
<b>1.40</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Iguaracy	R\$ 11.791.696,00		R\$ 2.145.433,58	R\$ 7.468.074,13	R\$ 2.178.188,29	
<b>1.41</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Sertânia	R\$ 2.158.716,00		R\$ 1.361.190,37	R\$ 797.525,63		
<b>1.42</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Tabira	R\$ 7.987.300,00		R\$ 2.087.680,54	R\$ 5.899.619,46		
<b>1.43</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Canhoba	R\$ 12.338.877,51		R\$ 2.355.697,36	R\$ 7.814.622,42	R\$ 2.168.557,72	
<b>1.44</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Central	R\$ 909.569,45		R\$ 909.569,45			
<b>1.45</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Remanso	R\$ 1.560.740,88		R\$ 1.560.740,88			

<b>1.46</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Araioses	R\$ 921.375,00		R\$ 921.375,00			
<b>1.47</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Coelho Neto	R\$ 2.452.500,00		R\$ 2.452.500,00			
<b>1.48</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Araripe	R\$ 2.751.500,00		R\$ 2.751.500,00			
<b>1.49</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Ouricuri	R\$ 2.547.637,70		R\$ 2.547.637,70			
<b>1.50</b>	Proposta de implementação do sistema de esgotamento sanitário do município de Aquidabá	R\$ 1.075.000,35		R\$ 1.075.000,35			
	Projetos para a aquisição, instalação e manutenção de estações meteorológicas automáticas do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET)						
<b>1.51</b>	Expansão da rede na Bacia do São Francisco	R\$ 14.119.000,00		R\$ 7.113.858,15	R\$ 7.005.141,85		
<b>1.52</b>	Expansão da rede Bacia do Parnaíba	R\$ 12.102.000,00		R\$ 6.097.592,70	R\$ 6.004.407,30		
<b>1.53</b>	Estudos para implantação de barragens no Alto São Francisco - Barragem Velhas/Santo Hipólito	R\$ 10.000.000,00		R\$ 3.954.000,00	R\$ 6.046.000,00		
<b>1.54</b>	Estudos para implantação de barragens no Alto São Francisco - Barragem Paracatu	R\$ 10.000.000,00		R\$ 3.954.000,00	R\$ 6.046.000,00		
<b>1.55</b>	Estudos para implantação de barragens no Alto São Francisco - Barragem Caatinga	R\$ 10.000.000,00		R\$ 3.954.000,00	R\$ 6.046.000,00		
<b>1.56</b>	Estudos para implantação de barragens no Alto São Francisco - Barragem Rio do Sono	R\$ 10.000.000,00		R\$ 3.954.000,00	R\$ 6.046.000,00		
<b>1.57</b>	Estudos para implantação de barragens no Alto São Francisco - Barragem Urucuia	R\$ 10.000.000,00		R\$ 3.954.000,00	R\$ 6.046.000,00		
<b>1.58</b>	Monitoramento das ações aprovadas pelos comitês	R\$ 1.103.311,99		R\$ 451.308,48	R\$ 551.656,00	R\$ 100.347,51	
<b>1.59</b>	Abastecimento de água em PÃO DE AÇÚCAR-AL,	R\$ 6.000.000,00		R\$ 2.000.000,00	R\$ 4.000.000,00		

<b>1.60</b>	Abastecimento de água em PILÃO ARCADO-BA	R\$ 15.368.739,00		R\$ 7.800.000,00	R\$ 7.500.000,00	R\$ 68.739,00	
<b>1.61</b>	Abastecimento de água em REMANSO- BA	R\$ 8.761.058,28		R\$ 5.840.705,52	R\$ 2.920.352,76		
<b>1.62</b>	Abastecimento de água em ITACURUBA- PE	R\$ 3.075.590,00		R\$ 2.614.590,00	R\$ 461.000,00		
<b>1.63</b>	Abastecimento de água em JATOBÁ-PE	R\$ 7.311.780,00		R\$ 2.437.260,00	R\$ 4.874.520,00		
<b>1.64</b>	Abastecimento de água em PETROLÂNDIA-PE	R\$ 7.892.080,00		R\$ 2.565.000,00	R\$ 5.327.080,00		
<b>1.65</b>	Abastecimento de água em PETROLINA (CRISTÁLIA) e LAGOA GRANDE (ALTO DA CABECEIRA)-PE	R\$ 3.017.560,00		R\$ 1.508.780,00	R\$ 1.508.780,00		
<b>1.66</b>	Adutora da Fé - 2º Etapa Do Sistema Integrado De Abastecimento de Água Nos Municípios De Bom Jesus Da Lapa, Riacho De Santana E Igaporá	R\$ 258.724.936,83		R\$ 33.624.970,19	R\$ 112.712.888,41	R\$ 104.655.969,07	R\$ 7.846.609,16
<b>2.</b>	<b>Auditoria Independente</b>						
<b>2.1</b>	Contratação de auditoria independente (Art. 6º, V do Decreto nº 10.838/2021)	R\$ 1.944.885,00		R\$ 1.944.885,00			
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 945.742.132,54*</b>	<b>R\$ 1.935.186,74</b>	<b>R\$ 325.188.029,15</b>	<b>R\$ 402.294.263,55</b>	<b>R\$ 192.230.885,89</b>	<b>R\$ 26.184.054,78</b>
<b>Percentuais de aplicação</b>		76%	0%	26%	32%	16%	2%

Fonte: Secretaria-Executiva para o CPR São Francisco e Parnaíba, junho 2025.

\*Valor aprovado sem custos adicionais de execução e sem custo da Auditoria Independente.

## II. Publicização

A Resolução Nº 1, de 08 de dezembro de 2023 aprovou o Regimento Interno do Comitê Gestor da Conta do Programa de Revitalização dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba - CPR São Francisco e Parnaíba, conforme previsto no Art. 9º do Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021.

Desta forma, cumpre à Secretaria-Executiva do Comitê Gestor tomar as medidas necessárias para garantia da transparência, por meio da disponibilização, no sítio eletrônico do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, dos documentos aprovados pelo Comitê Gestor, tais como regimento interno, atas de reuniões, Planos de Trabalho, Relatórios, bem como outros documentos solicitados pelo Comitê Gestor.

Foi criada uma página, dentro do sítio eletrônico do MIDR, para a disponibilização da documentação prevista na Resolução Nº 01, cujo link é: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/composicao/orgaos-colegiados/comites-gestores-das-contas-dos-programas-de-revitalizacao-dos-recursos-hidricos/comites-gestores-das-contas-dos-programas-de-revitalizacao-dos-recursos-hidricos>, podendo ser acessado através da página do MIDR pelo caminho representado na figura 9.

Figura 9 – Caminho para acesso à página dos Comitês Gestores

The screenshot shows the gov.br website interface. At the top, there is a navigation bar with the gov.br logo, 'Governo Federal', 'Órgãos do Governo', 'Acesso à Informação', 'Legislação', 'Acessibilidade', and a 'Entrar com gov.br' button. Below the navigation bar, the text 'Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional' is displayed. A search bar with the placeholder 'O que você procura?' is also present. The main content area shows a hierarchical menu. The 'Composição' section is highlighted with a blue box. The menu items are as follows:

- Assuntos
- Notícias
- Acesso à Informação
- Composição**
- Canais de Atendimento
- Imprensa
- Transparéncia MIDR
- Desenvolve Brasil
- Auxílio Reconstrução
- Defesa Civil Alerta

After the 'Composição' section, the menu branches into 'Órgãos Colegiados' and then further into:

- Ministro
- Secretarias Nacionais
- Órgãos Vinculados
- Órgãos Colegiados**

From the 'Órgãos Colegiados' section, the menu continues with:

- Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil
- Conselho Nacional de Irrigação
- Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina e Juazeiro
- Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina
- Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
- Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional
- Conselho do Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável
- Relação de Colegiados em que o MDR tem assento
- Comitês Gestores das Contas dos Programas de Revitalização dos Recursos Hídricos**

Fonte: Secretaria-Executiva do Comitê Gestor, junho/2025

Nesta página tem-se os tópicos ilustrados na figura 10.

Figura 10 – Estrutura de tópicos do site dos Comitês Gestores



gov.br | Governo Federal | Órgãos do Governo | Acesso à Informação | Legislação | Acessibilidade | Entrar com gov.br

☰ Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional | O que você procura? | 🔍

Composição > Órgãos Colegiados > Comitês Gestores das Contas dos Programas de Revitalização dos Recursos Hídricos

## Comitês Gestores das Contas dos Programas de Revitalização dos Recursos Hídricos



**Comitê Gestor da CPR Furnas autoriza repasse de R\$ 147,7 milhões para ampliação de canal de navegação de Nova Avanhandava (SP)**

Os recursos são oriundos do processo de desestatização da Eletrobras e geridos por comitê gestor coordenado pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR)

...

Mais Notícias

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional preside e exerce o papel de **Secretaria Executiva** dos comitês criados pela Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 para gerir parte dos recursos oriundos do processo de desestatização da Eletrobras que serão destinados à implementação de ações de revitalização de bacias hidrográficas, com foco na recarga das vazões afluentes e ampliação da flexibilidade operativa dos reservatórios das hidrelétricas, sem prejudicar o uso prioritário e o uso múltiplo dos recursos hídricos.

O Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021 criou as contas bancárias para o depósito dos recursos e instituiu o Comitê Gestor da Conta do Programas de Revitalização dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco e do Rio Paranaíba - CPR São Francisco e Paranaíba e o Comitê Gestor da Conta do Programas de Revitalização dos Recursos Hídricos da área de influência dos reservatórios das Usinas Hidrelétricas de Furnas - CPR-Furnas que são os órgãos colegiados responsáveis por aprovar a destinação dos recursos das contas. Os comitês são constituídos por representantes do MIDR, MAPA, MMA, MME, MPOR, Mctides, Casa Civil da Presidência da República e pela associação das entidades estaduais de meio ambiente - Abema.

Atendendo a exigência legal a Eletrobras depositará anualmente R\$ 350 milhões na conta da CPR-São Francisco e Paranaíba e R\$ 230 milhões na conta da CPR-Furnas, pelo período de 10 anos. Já foram depositadas as parcelas de 2023, 2024 e 2025, que somadas aos rendimentos, resultam num saldo disponível de R\$ 1,33 Bilhão.

Os Comitês Gestores se reúnem, ordinariamente, trimestralmente, e, extraordinariamente, mediante requerimento de qualquer membro e convocação de seus Presidentes.”

Competências

Composição

Documentos

Plano de Trabalho

Fonte: Secretaria-Executiva do Comitê Gestor, junho 2025.

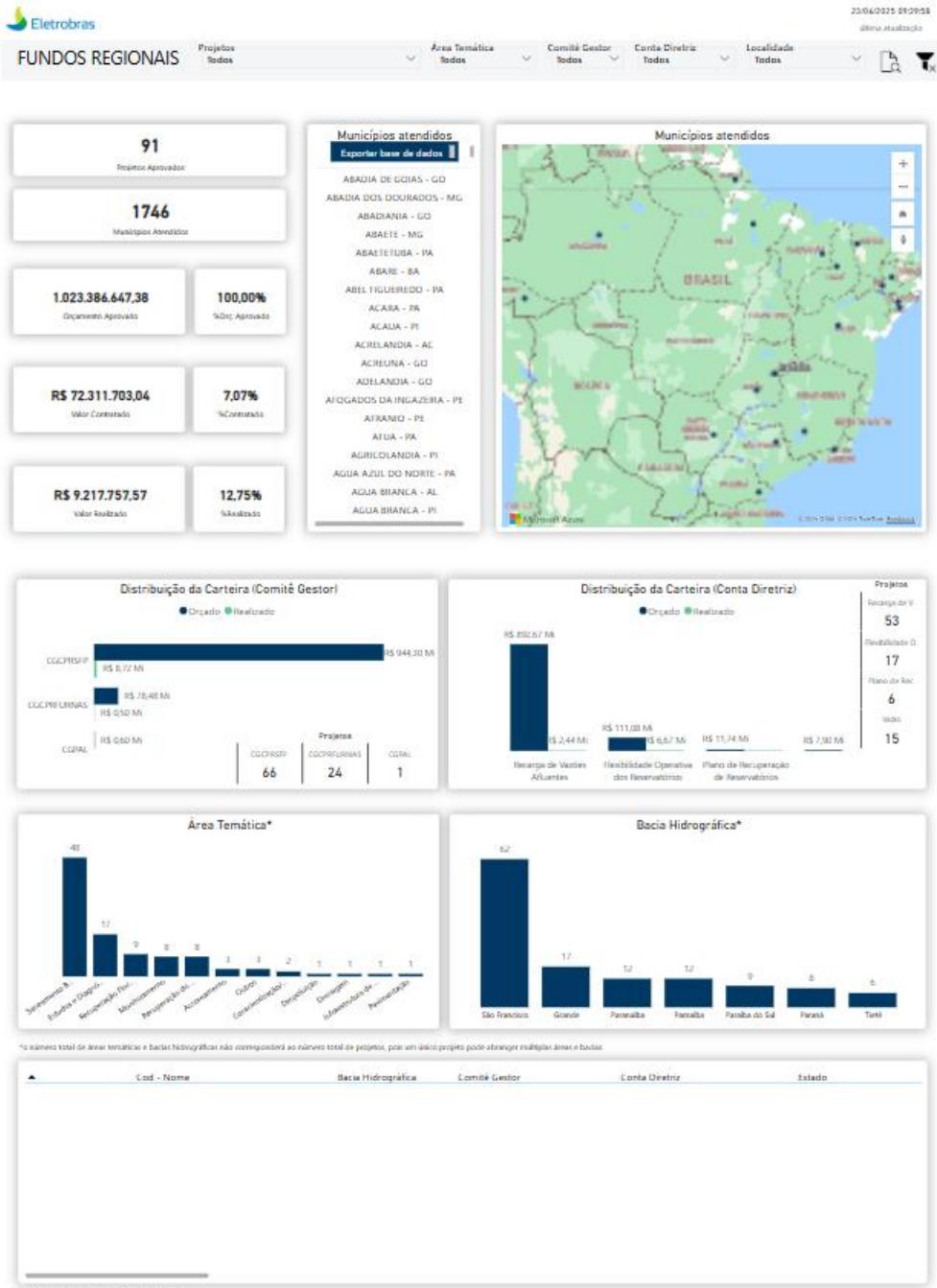
Cada um dos itens apresenta as informações individualizadas do Comitês Gestor da CPR-São Francisco e Parnaíba, bem como da CPR – Furnas.

A página é constantemente atualizada, principalmente o conteúdo de documentos e deliberações, no qual são disponibilizadas as atas de todas as reuniões, as resoluções e outros documentos do Comitê Gestor.

De forma a dar maior transparência às ações e a evolução dessas, no item “Monitoramento das Ações” é disponibilizado um Painel em Power BI denominado “Monitoramento das Ações Aprovadas pelos Comitês de Contas Decreto nº 10.838/2021” no qual é possível acompanhar as ações por CPR, por estado e por município, como ilustrado na Figura 14.

Este painel está em constante atualização, contudo, o objetivo do Comitês Gestor é que todo o monitoramento seja realizado por ferramentas mais atuais e robustas que serão produtos da ação Monitoramento das ações aprovadas pelos Comitês.

Figura 11 - Painel de Monitoramento das Ações Aprovadas Pelos Comitês Gestores das Contas



Fonte: Secretaria-Executiva do Comitê Gestor, junho/2025

## Execução do Plano de Trabalho

No primeiro semestre de 2025, foram iniciadas as ações constantes no Quadro 06, que trata dos projetos contratados.

### Quadro 06 - Relação de Contratações de Projetos

Nº Contrato	Descrição	Data da OIS	Fornecedor	Valor Contratado
<b>4500080050</b>	Recuperação Embarcação Benjamin Guimaraes	30/08/2024	INC - Industria Naval Catarinense Itda	R\$ 5.314.152,47
<b>4500081907</b>	Navegabilidade do São Francisco	06/01/2025	Engeconsult - Consultores Técnicos Ltda	R\$ 2.859.967,92
<b>4500082252</b>	Estudos Recuperação APP Hídricas	08/01/2025	Engeconsult - Consultores Técnicos Ltda	R\$ 249.925,91
<b>4500081918</b>	Captações Reservatórios Sobradinho e Paulo Afonso	13/01/2025	Engeconsult - Consultores Técnicos Ltda	R\$ 2.089.996,17
<b>4500082247</b>	Linhas D'água do Rio Parnaíba	27/01/2025	Engeconsult - Consultores Técnicos Ltda	R\$ 2.768.120,00
<b>4500082578*</b>	Adutora da Fé - 2ª Etapa do Sistema Integrado de Abastecimento de Água	N/A	Metro Engenharia e Consultoria Ltda	R\$ 258.724.936,83
<b>4500083539</b>	Recuperação de Estrada Parque Nacional Serra Canastra	25/04/2025	Construtora Terrayama Ltda	R\$ 50.918.520,56
<b>4500083301</b>	Governança da Gestão Integrada dos Reservatórios CPR São Francisco e Parnaíba	05/05/2025	Consórcio constituído pelas empresas, Fractal Engenharia e Sistemas S.A e FSET Consultoria em Energia LTDA	R\$ 1.370.431,03
<b>4500083870</b>	Monitorando Águas do CPR São Francisco e Parnaíba	05/05/2025	Instituto Avançado de Pesquisa e Estudos do Cerrado – IAPEC	R\$ 1.103.311,99

Fonte: Eletrobras, 2025

#### **Custos aprovados para a execução das ações**

##### ***Business Process Outsourcing de Compras - BPO de Compras***

Visando ganhos operacionais, de segurança jurídica e de transparência, tratando de forma apartada de sua estrutura de negócios, segregando essas atividades das atividades operacionais e contábeis da companhia, facilitando, assim, os procedimentos de prestação de contas aos Comitês Gestores e às auditorias, a Eletrobras realizou um processo competitivo de cotação de preços, onde três empresas com potencial de realização dos serviços de Business Process Outsourcing de Compras (BPO de Compras) foram consultadas.

A metodologia definida para atuação do BPO de Compras, e consequente remuneração pelo serviço prestado, pauta-se na execução exclusivamente sob demanda, sem quantidade mínima por período ou valores a pagar fixos. Assim, um processo de contratação demandado é exclusivo àquele projeto autorizado pelos comitês e o custo a ser pago é definido a partir de critérios estabelecidos.

A definição do custo a ser pago em cada processo leva em consideração percentuais de remuneração a serem aplicados sobre o custo orçamentário do projeto a ser contratado, nas faixas orçamentárias estabelecidas, assim como possíveis bônus ou penalidades, a serem aplicados de acordo com a medição do atendimento aos prazos de conclusão pré-estabelecidos.

Em função do dinamismo e singularidade do desenvolvimento da carteira e, consequentemente, a incerteza sobre a quantidade e o porte das contratações que serão demandadas, avaliou-se a contratação de uma empresa para execução de serviços de *Business Process Outsourcing* (BPO de Compras) que, além de proporcionar uma definição clara e transparente dos custos de cada contratação, não implicará em custos fixos mensais ao passo em que são mais adaptáveis às possíveis elevações ou reduções abruptas da quantidade de projetos que uma estrutura fixa na Eletrobras.

### ***Engenharia Consultiva.***

Foi aprovada pelo Comitê Gestor da CPR – São Francisco e Parnaíba a terceirização do processo de engenharia consultiva. Esta consiste na prestação de serviços técnicos especializados voltados à elaboração, análise e aprimoramento de projetos, estudos e soluções de engenharia, com foco em viabilidade, eficiência e conformidade técnica, ambiental e regulatória, apoiando a implementação qualificada das ações aprovadas no âmbito dos Programas de Revitalização.

A diversidade e complexidade dos projetos aprovados exigem suporte técnico especializado em múltiplas disciplinas da engenharia, como rodoviária, hidráulica, ambiental e saneamento. Nesse contexto, os serviços de engenharia consultiva têm como objetivo prover apoio técnico à Diretoria de Engenharia de Implantação de Fundos Regionais – EEF, bem como, eventualmente, aos próprios Comitês diretamente, abrangendo desde a elaboração de propostas e projetos, estudos de viabilidade (EVTEA), emissão de laudos técnicos, até a elaboração de termos de referência e orçamentos detalhados para contratação de obras e serviços.

A contratação prevê o acionamento sob demanda permitindo o atendimento das soluções de engenharia em momentos de pico, mitigando ou reduzindo risco de atrasos nas análises e detalhamentos solicitados pelos Comitês Gestores. Enquanto uma contratação convencional para cada demanda pode levar de 90 a 120 dias, em média, considerando todas as etapas de elaboração de termo de referência, publicação, seleção e contratação, o modelo de BPO permite a mobilização dos serviços em até 30 dias corridos, representando uma economia significativa de tempo e maior agilidade na resposta às necessidades dos Programas.

A contratação foi estruturada sob a forma de credenciamento de empresas, permitindo que os serviços sejam executados sob demanda, mediante cotação com estas empresas e conforme aprovação prévia deste Comitê Gestor, garantindo agilidade, economicidade e aderência às necessidades específicas de cada projeto. O modelo adotado permite a emissão de Ordens de Serviços sob demanda, com base em planilha de preços previamente acordada, sem comprometer orçamento até a efetiva aprovação da despesa pelo respectivo Comitê Gestor.

### ***BPO da Fiscalização técnica***

A necessidade de contratação de fiscalização é apresentada de acordo com a especificidade da ação e seu custo variará de acordo com o grau da especialidade técnica e as horas de acompanhamento.

A Contratação estilo *Business Process Outsourcing* - BPO ainda estão sendo tratada no Comitê Gestor para que fique claro o escopo técnico de cada fiscalização proposta;

No primeiro semestre de 2025, foram credenciadas 05 empresas distintas no valor de R\$ 10 milhões para CPR São Francisco e Parnaíba, para prover as áreas de implantação da Diretoria de Engenharia e Implantação de Fundos Regionais – EEF, o suporte técnico adequado e necessário para a elaboração de propostas de projetos e de projetos, análises de EVTEA, estudos e proposição de ações, elaboração de projetos básicos para contratação; revisão, ajustes e melhorias em projetos apresentados; emissão

de laudos técnicos, dentre outros, visando a implementação das ações dos projetos do Plano de Trabalho. Esta ação foi denominada de Engenharia Consultiva.

### Acompanhamento da execução das ações

Para o acompanhamento da execução das ações, a Eletrobras criou um painel Power BI no qual os membros do Comitê Gestor da CPR-Furnas têm acesso à documentação de contratação, relatórios de acompanhamento e relatórios de Status de Projeto no tempo em que estes documentos são gerados.

A interface do painel é igual à disponibilizada para o público, diferenciando a possibilidade de acesso à documentação de execução das ações, através do ícone “Documentação”, ilustrado na figura 12.

Figura 12 – Página de acesso à documentação de execução de uma ação.

The screenshot shows a Power BI dashboard for the 'Recup Embarc Benjamim Guimaraes' project. At the top, there are navigation links for 'Comitê Gestor' and 'Projetos', and a dropdown for 'Projetos' showing 'Todos' and 'EF.006 - Recup Embarc Benjamim Guimaraes'. The main content area is divided into sections: 'Recup Embarc Benjamim Guimaraes' (with a description of the ship's history), 'Benefícios' (listing social, tourism, and education benefits), and a map of Brazil with PIRAPORA - MG highlighted. The bottom right corner has a 'Documentação' button.

Fonte: Eletrobras, 2025.

A partir do filtro em “Projetos” acessa-se a documentação, que variará de acordo com o projeto. A título de exemplo, utilizou-se a ação “Recuperação da Embarcação Benjamim Guimarães”. Na figura 13 é ilustrada a disposição dos documentos que podem ser acessados para acompanhamento desta ação.

Figura 13 – Repositório de documentos de execução das ações

Fonte: Eletrobras, 2025.

A disponibilidade e a forma da documentação acessada variarão conforme a natureza da ação e as etapas previstas na contratação. No entanto, o relatório denominado *Status Report* é comum a todos os projetos, podendo trazer informações das vistorias, no caso de obras. Na figura 14, são exemplificados este documento e o detalhamento trazido no *Status Report* da ação “Restauração da Embarcação Benjamin Guimarães”.

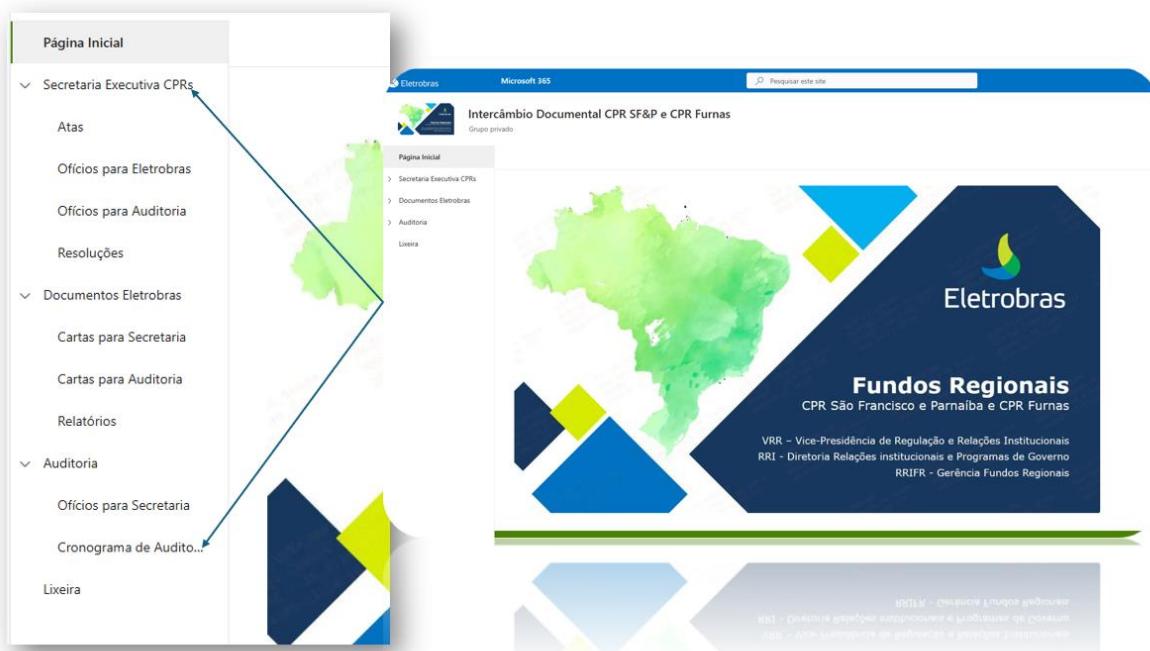
Figura 14 – exemplo de documentos disponibilizados para acompanhamento das ações.

Fonte: Eletrobras, 2025.

O painel BI em funcionamento atende as expectativas da Secretaria-Executiva e membros dos Comitês Gestores, pois permite o acompanhamento com maior celeridade das ações, principalmente no acesso às informações de forma ágil e completa como o download de planilhas com os filtros utilizados.

No entanto, visando maior transparência e organização na comunicação entre a Secretaria-Executiva dos Comitês Gestores e a Eletrobras foi criada uma plataforma de colaboração e gerenciamento de documentos na web, no Sharepoint da Eletrobras, denominado de Intercâmbio Documental CPR SF&P e CPR Furnas, ilustrado na figura 15.

Figura 15 – Página inicial do Intercâmbio Documental CPR SF&P e CPR Furnas



Fonte: Eletrobras, 2025.

Desta forma, todas as comunicações podem ser acessadas pelos membros dos Comitês Gestores e por gestores da Eletrobras a qualquer tempo. Na figura 16, tem-se um exemplo da disposição das correspondências dentro das respectivas pastas.

Figura 16 – Organização do Intercâmbio Documental CPR SF&P e CPR Furnas.

The screenshot displays two SharePoint document libraries:

- Intercâmbio Documental CPR SF&P e CPR Furnas** (Group private):
  - Atas** (Meetings):
    - Ata Reunião 14/07/2025 (Title: Ata Reunião 14/07/2025, Date: 16 de julho, Author: Alexandre Sá, Status: CPR SF&P)
    - Ata da Reunião 06/03/2025 (Title: Ata da Reunião 06/03/2025 Conjunta, Date: 24 de março, Author: Alexandre Sá, Status: Conjunto CPR)
  - Ofícios para Eletrobras** (Letters to Eletrobras):
    - Ofício nº 393/2025/SNSH-MDR (Title: Ofício nº 393/2025/SNSH-MDR, Date: 01/06/2025, Author: Alexandre Sá, Status: CPR SF&P)
    - Ofício nº 541/2025/SNSH-MDR (Title: Ofício nº 541/2025/SNSH-MDR, Date: 14/07/2025, Author: Alexandre Sá, Status: CPR SF&P)
    - Ofício nº 417/2025/SNSH-MDR (Title: Ofício nº 417/2025/SNSH-MDR, Date: 17/06/2025, Author: Alexandre Sá, Status: Conjunto CPR)
    - Ofício nº 380/2025/SNSH-MDR (Title: Ofício nº 380/2025/SNSH-MDR, Date: 10/06/2025, Author: Alexandre Sá, Status: Conjunto CPR)
  - Ofícios para Auditoria** (Letters to Audit):
    - Ofício nº 1999/2025 (Title: Ofício nº 1999/2025, Date: 01/07/2025, Author: Alexandre Sá, Status: CPR SF&P)
  - Resoluções** (Resolutions):
    - Resolução nº 3 de 10 de janeiro de 2024 (Title: Resolução nº 3 de 10 de janeiro de 2024, Date: 10/01/2024, Author: Alexandre Sá, Status: CPR SF&P)
- Documentos Eletrobras** (Eletrobras Documents):
  - Cartas para Secretaria (Letters to Secretariat):
    - Carta para Secretaria (Title: Carta para Secretaria, Date: 01/06/2025, Author: Alexandre Sá, Status: CPR SF&P)
    - CTA-RRFR-002-2023 - MDR (Title: CTA-RRFR-002-2023 - MDR, Date: 22/07/2025, Author: Alexandre Sá, Status: CPR SF&P)
    - CTA-EF-00990/2025 (Title: CTA-EF-00990/2025, Date: 01/07/2025, Author: Alexandre Sá, Status: CPR SF&P)
    - CTA-EF-00996/2025 (Title: CTA-EF-00996/2025, Date: 01/07/2025, Author: Alexandre Sá, Status: CPR SF&P)
  - Cartas para Auditoria (Letters to Audit):
    - CTA-EF-00996/2025 (Title: CTA-EF-00996/2025, Date: 01/07/2025, Author: Alexandre Sá, Status: CPR SF&P)
  - Relatórios (Reports):
    - CTA-EF-00996/2025 (Title: CTA-EF-00996/2025, Date: 01/07/2025, Author: Alexandre Sá, Status: CPR SF&P)
  - Auditória (Audit):
    - CTA-EF-00996/2025 (Title: CTA-EF-00996/2025, Date: 01/07/2025, Author: Alexandre Sá, Status: CPR SF&P)
  - Lixeira (Trash):
    - CTA-EF-00996/2025 (Title: CTA-EF-00996/2025, Date: 01/07/2025, Author: Alexandre Sá, Status: CPR SF&P)

Fonte: Eletrobras, 2025.

### III. Síntese do Relatório da Auditoria Independente

A Resolução nº 3, de 10 de janeiro de 2024, aprovou as Diretrizes para Contratação de Auditoria Independente de que trata o Art. 6º do Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021, tendo sido contratada em maio de 2024, período recente, portanto.

Em seu artigo primeiro, detalham-se as atividades mínimas que deverão ser empreendidas pela Auditoria Independente:

"Art. 1º São diretrizes para orientar a Eletrobras quanto a contratação de Auditoria Independente, tendo em vista a necessidade do alcance pleno dos objetivos estabelecidos pela Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e pelo Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021:

Segunda essa Resolução, em seu artigo 1º, descrevem-se os procedimentos que a auditoria deverá contemplar: IV - os procedimentos de auditoria deverão contemplar minimamente:

- aspectos econômico-financeiros e contábeis relativos à aplicação dos recursos da conta do programa de revitalização dos recursos hídricos;
- emissão de relatórios trimestrais, semestrais e anuais, ou quando solicitados pelo Comitê Gestor, observando o estabelecido no Decreto nº 10.838, de 2021;
- avaliação da adequação e confiabilidade dos atos de desembolso praticados pelas concessionárias de geração de energia elétrica em cada projeto;
- apresentação de relatório trimestral com avaliação dos itens constantes do Plano de Trabalho contendo, no mínimo:

1 - avanço físico *vis a vis* com avanço previsto;

2 - avanço financeiro *vis a vis* com avanço previsto;



3 - principais resultados alcançados; e

4 - avaliação crítica do progresso físico e financeiro;

e) análise prévia de propostas e projetos, inclusive quanto ao enquadramento em pelo menos uma das disposições constantes dos arts. 3º, 5º ou 6º da Resolução nº 02/2023;

f) emissão de relatórios técnicos de vistoria indicando o avanço físico na implementação dos projetos, com inspeção *in loco* para projetos selecionados;

g) disponibilização de plataforma/sistema *on line* para comunicação com o Comitê Gestor, registro de documentos, demandas e diligências; e

h) avaliação se os custos envolvidos especificamente nas obras e serviços de cada projeto estão de acordo com os praticados no mercado.”

As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, contratou a Empresa BEZ Auditores, conforme Contrato nº 45000078147, para apresentar relatório de asseguração limitada quanto à adequação e a fidedignidade das informações que integram a Prestação de Contas da CPR São Francisco e Parnaíba. O relatório encaminhado (Anexo IV) é relativo ao relativa ao período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2025 (1º Semestre de 2025).

Os procedimentos realizados pela Auditoria, conforme o Relatório de Auditoria Independente, p.3, compreenderam:

- (a) planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração da Prestação de Contas;
- (b) verificação do suprimento dos recursos pela Concessionária de Geração de Energia Elétrica, previsto no inciso I, do Art. 6º do Decreto nº 10.838/2021 (Anexo I);
- (c) verificação da aplicação, programação e emprego dos recursos nos projetos, propostas e atividades previstas para a CPR São Francisco e Parnaíba (Anexos II.a e II.b);
- (d) verificação da movimentação financeira das contas bancárias utilizadas para gerir os recursos da CPR São Francisco e Parnaíba (Anexos III e V);
- (e) verificação dos custos realizados, por agente beneficiário e por empreendimento (Anexos II.b e IV); e
- (f) avaliação quanto a adequação dos desembolsos praticados pela Eletrobras e concessionárias de geração de energia elétrica em cada projeto e/ou proposta, observando os cronogramas constantes dos Planos de Trabalho aprovados pelo Comitê Gestor (Anexos II.b e IV).

O Relatório destaca que os procedimentos selecionados se basearam na compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações referentes a Prestação de Contas da CPR São Francisco e Parnaíba, relativa ao período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2025 (1º Semestre de 2025), de acordo com o Decreto nº 10.838/2021, e de outras circunstâncias do trabalho e da consideração sobre áreas onde eventuais não conformidades e/ou distorções relevantes poderiam existir.

A composição dos aportes anuais foi apresentada no anexo I do relatório da Auditoria Independente, ilustrado na Quadro 07.

## Quadro 07 – Composição dos aportes anuais

Composição dos Aportes Anuais (Inciso I do Art. 6º do Decreto nº 10.838 de 18 de outubro de 2021)					
Ano	Valor Original Total (R\$)	Índice de Atualização (IPCA)	Atualização (R\$)	Valor do Aporte Atualizado (R\$)	Data do Aporte
2023	350.000.000,00	1,00954412	3.340.441,36	353.340.441,36	31/01/2023
2024	350.000.000,00	1,05619630	19.668.705,00	369.668.705,00	31/01/2024
2025	350.000.000,00	1,10722430	37.528.505,00	387.528.505,00	31/01/2025
2026	350.000.000,00		-	-	
2027	350.000.000,00		-	-	
2028	350.000.000,00		-	-	
2029	350.000.000,00		-	-	
2030	350.000.000,00		-	-	
2031	350.000.000,00		-	-	
2032	350.000.000,00		-	-	
<b>Totais (R\$)</b>	<b>3.500.000.000,00</b>		<b>60.537.651,36</b>	<b>1.110.537.651,36</b>	

**Nota:** O aporte previsto para o exercício de 2025, correspondente à 3ª parcela programada, conforme dispõe o inciso I do art. 6º do Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021, foi efetivado em 31/01/2025, por meio da conta corrente nº 12583-0, mantida na agência 3180-1 do Banco do Brasil, utilizada pela Concessionária para a movimentação financeira da CPR São Francisco e Parnaíba.

Fonte: Relatório de Auditoria Independente, p.5, julho/2025.

Destacam-se a Quadro 08, resumo apresentado no Anexo III do Relatório de Auditoria Independente e Quadro 09, resumo de movimentações financeiras, do mesmo relatório. São apresentados ainda a Quadro 10, com o resumo da movimentação de aplicações, primeiro semestre/2025 e Quadro 11, que trata da curva de desembolso previsto x realizado, primeiro semestre/2025.

## Quadro 08 – Resumo de movimentação financeira, 1º Semestre de 2025.

Movimentação Financeira CPR SFP (1º Semestre/2025)							
Contas Correntes Nº 12468-0 e 12583-0   Agência 3180-1   Banco do Brasil							
Período	Mês	Aportes (Eletrobras)	Outras Transferências	Desembolsos (Nota II)	Resgates (Nota III)	Aplicações (Nota III)	Saldo (R\$)
Saldo Inicial	dez/24						-
1º Semestre de 2025	jan/25	387.528.505,00	-	(763.740,51)	763.740,51	(387.528.505,00)	-
	fev/25	-	-	(309.105,00)	309.105,00	-	-
	mar/25	-	39.962,38	(3.923.466,78)	3.923.592,00	(39.962,38)	125,22
	abr/25	-	-	(1.206.150,67)	1.206.025,45	-	-
	mai/25	-	(91.563,84)	(1.072.969,54)	1.164.533,38	-	-
	jun/25	-	98.710,05	(838.122,14)	838.109,14	(98.697,05)	-
<b>Totais (R\$)</b>		<b>387.528.505,00</b>	<b>47.108,59</b>	<b>(8.113.554,64)</b>	<b>8.205.105,48</b>	<b>(387.667.164,43)</b>	<b>-</b>

Fonte: Relatório de Auditoria Independente, p.12, julho/2025.

Nota I: Em 30 de junho de 2025, as contas correntes Nº 12468-0 e 12583-0, Agência 3180-1, Banco do Brasil, apresentavam saldo “zero” (R\$ 0,00).

Nota II: No período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2025 (1º Semestre de 2025), os desembolsos realizados referem-se ao pagamento das medições dos projetos em execução no período, auditoria independente, pagamento de despesas bancárias (tarifas de manutenção e renovação) e resarcimento à Eletrobras dos custos com Tributos (PIS/COFINS) relativos ao exercício de 2024, conforme quadro abaixo.

Quadro 09 – Resumo Movimentação de Aplicações, 1º semestre de 2025.

Desembolsos 1º Semestre de 2025						
Período	Mês	Projetos (a)	Auditória Independente	Ressarcimento Eletrobras (b)	Despesas Bancárias	Total (R\$)
1º Semestre de 2025	jan/25	(763.739,07)	-	-	(1,44)	(763.740,51)
	fev/25	(309.103,10)	-	-	(1,90)	(309.105,00)
	mar/25	(652.256,89)	-	(3.271.181,49)	(28,40)	(3.923.466,78)
	abr/25	(1.206.149,07)	-	-	(1,60)	(1.206.150,67)
	mai/25	(1.072.927,34)	-	-	(42,20)	(1.072.969,54)
	jun/25	(767.216,31)	(70.888,03)	-	(17,80)	(838.122,14)
<b>Totais (R\$)</b>		<b>(4.771.391,78)</b>	<b>(70.888,03)</b>	<b>(3.271.181,49)</b>	<b>(93,34)</b>	<b>(8.113.554,64)</b>

Fonte: Relatório de Auditoria Independente, p.12, 1º semestre de 2025.

(a) Os projetos que tiveram pagamentos de medições no 1º Semestre de 2025 constam relacionados no quadro do Anexo II.b.  
 (b) Por meio da correspondência CTA-RRI-02273/2024, de 19 de novembro de 2024, a Eletrobras solicitou ao Comitê Gestor da CPR SFP autorização para o resarcimento dos custos administrativos e dos tributos (PIS/COFINS) referentes ao período de 01/01/2023 a 30/06/2024, no valor total de R\$ 8.822.501,43. Em resposta, o Comitê, por meio do Ofício nº 1027/2024/SNSH-MIDR, de 13 de dezembro de 2024, autorizou, naquela ocasião, apenas o resarcimento relativo aos tributos no valor total de R\$ 3.271.181,49, o que ocorreu em 24/03/2025. Quanto os custos administrativos, o Comitê solicitou que a Eletrobras apresentasse maior detalhamento da composição dos custos administrativos pleiteados para resarcimento.

Nota III: Em 30 de junho de 2025, os saldos das aplicações financeiras vinculadas às contas correntes Nº 12468-0 e 12583-0, mantidas na Agência 3180-1 do Banco do Brasil, totalizavam R\$ 1.251.644.245,38. A movimentação dessas aplicações no 1º Semestre de 2025 foi a seguinte:

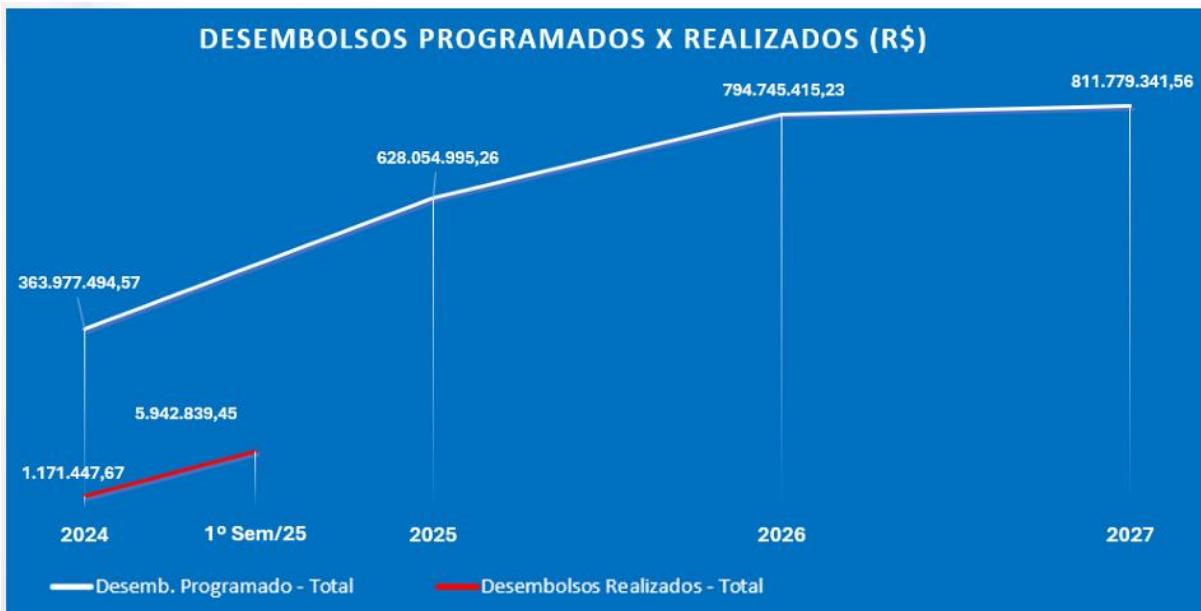
Quadro 10 – Resumo Movimentação de Aplicações, 1º semestre.

Movimentação Aplicações Automáticas - CPR SFP (1º Semestre de 2025)						
Período	Mês	Aplicações (R\$)	Resgates e Trasferências (R\$)	Rendimentos Bruto (R\$)	Imposto de Renda Retido na Fonte (R\$)	Saldo no fim do mês (R\$)
Saldo Inicial	dez/24					809.490.517,47
1º Semestre de 2025	jan/25	387.528.505,00	(763.740,51)	10.724.222,88	(1.771,04)	1.206.977.733,80
	fev/25	-	(309.105,00)	12.088.391,92	(1.389,76)	1.218.755.630,96
	mar/25	39.962,38	(3.963.554,38)	12.212.409,69	(28.439,36)	1.227.016.009,29
	abr/25	-	(1.206.025,45)	15.032.553,44	(10.595,13)	1.240.831.942,15
	mai/25	-	(1.164.533,38)	13.272.825,14	(13.637.138,56)	1.239.303.095,35
	jun/25	98.697,05	(838.109,14)	13.081.278,21	(716,09)	1.251.644.245,38
<b>Totais (R\$)</b>		<b>387.667.164,43</b>	<b>(8.245.067,86)</b>	<b>76.411.681,28</b>	<b>(13.680.049,94)</b>	<b>1.251.644.245,38</b>

Fonte: Relatório de Auditoria Independente, p.13, 1º semestre de 2025.

Nota IV: O Imposto de Renda devido sobre os rendimentos auferidos, é deduzido diretamente na fonte.

Figura 17 –Curva de desembolso programado x realizado, 1º semestre de 2025.



Fonte: Relatório de Auditoria Independente, p.11, jul/25.

Nota II: Os desembolsos programados para cada exercício informados no Gráfico acima (“Desembolsos Programados – Total”), foram extraídos do Cronograma de Desembolso aprovado pela Resolução nº 05 de 03 de setembro de 2024, do Comitê Gestor da CPR São Francisco e Parnaíba. Os valores indicados como “Desembolsos Realizados - Total” representam os desembolsos acumulados até 30 de junho de 2025, conforme consta no quadro do Anexo II.b acima.

Nota III: Em conformidade com os procedimentos estabelecidos no contrato, especialmente nas disposições referentes à realização de auditorias in loco e à elaboração de Relatórios de Vistoria, informamos que, exceto pelo projeto “Restauração do Barco à Valor Benjamim Guimarães” cuja vistoria técnica foi realizada em abril 2025, os demais projetos, por se encontrarem em fase inicial durante o primeiro semestre de 2025, ainda não reuniam condições para serem vistoriados. As visitas técnicas in loco a esses projetos serão realizadas à medida que apresentarem condições adequadas para vistoria.

O Quadro 12 apresenta a consolidação dos desembolsos realizados no primeiro semestre de 2025, conforme o Relatório da Auditoria Independente.

Quadro 12 – Curva de desembolso programado x realizado, 1º semestre de 2025.

## Consolidação dos Desembolsos Realizados no 1º Semestre/2025

Rubricas (Destinações)	Competência	CPR SFP (R\$)	Eletrobras (R\$)	Total (R\$)
<b>Projetos</b>		<b>(4.771.391,78)</b>	-	<b>(4.771.391,78)</b>
Projetos	jan/25	(763.739,07)	-	(763.739,07)
Projetos	fev/25	(309.103,10)	-	(309.103,10)
Projetos	mar/25	(652.256,89)	-	(652.256,89)
Projetos	abr/25	(1.206.149,07)	-	(1.206.149,07)
Projetos	mai/25	(1.072.927,34)	-	(1.072.927,34)
Projetos	jun/25	(767.216,31)	-	(767.216,31)
<b>Auditória Independente</b>		<b>(70.888,03)</b>	-	<b>(70.888,03)</b>
Auditória Independente (Global)	jun/25	(70.888,03)	-	(70.888,03)
<b>Serviços Administrativos (Nota II)</b>		-	<b>(3.096.102,29)</b>	<b>(3.096.102,29)</b>
Custos administrativos	1º Semestre/2025	-	(3.096.102,29)	(3.096.102,29)
<b>Tributos (Nota III)</b>		-	<b>(3.553.143,18)</b>	<b>(3.553.143,18)</b>
PIS/COFINS Apurados s/ Redimentos	jan/25	-	(498.676,36)	(498.676,36)
PIS/COFINS Apurados s/ Redimentos	fev/25	-	(562.110,22)	(562.110,22)
PIS/COFINS Apurados s/ Redimentos	mar/25	-	(567.877,05)	(567.877,05)
PIS/COFINS Apurados s/ Redimentos	abr/25	-	(699.013,73)	(699.013,73)
PIS/COFINS Apurados s/ Redimentos	mai/25	-	(617.186,37)	(617.186,37)
PIS/COFINS Apurados s/ Redimentos	jun/25	-	(608.279,44)	(608.279,44)
<b>Retenções (Nota IV)</b>		-	<b>(81.025,10)</b>	<b>(81.025,10)</b>
Impostos retidos na fonte (NFs)	1º Semestre/2025	-	(81.025,10)	(81.025,10)
<b>Despesas Bancárias</b>		<b>(93,34)</b>	-	<b>(93,34)</b>
Despesas Bancárias	jan/25	(1,44)	-	(1,44)
Despesas Bancárias	fev/25	(1,90)	-	(1,90)
Despesas Bancárias	mar/25	(28,40)	-	(28,40)
Despesas Bancárias	abr/25	(1,60)	-	(1,60)
Despesas Bancárias	mai/25	(42,20)	-	(42,20)
Despesas Bancárias	jun/25	(17,80)	-	(17,80)
<b>Ressarcimento à Eletrobras</b>		<b>(3.271.181,49)</b>	-	<b>(3.271.181,49)</b>
PIS/COFINS Apurados s/ Redimentos	2023	(1.857.020,45)	-	(1.857.020,45)
PIS/COFINS Apurados s/ Redimentos	1º Semestre/2024	(1.414.161,04)	-	(1.414.161,04)
<b>Totais (R\$)</b>		<b>(8.113.554,64)</b>	<b>(6.730.270,57)</b>	<b>(14.843.825,21)</b>

Nota I: Os desembolsos realizados no 1º Semestre de 2025 totalizaram R\$ 14.843.825,21, dos quais R\$ 8.113.554,64 (aproximadamente 54,66%) foram custeados diretamente pela CPR São Francisco e Parnaíba. Os R\$ 6.730.270,57 (aproximadamente 45,34%) restantes referem-se às despesas administrativas e obrigações tributárias vinculadas à CPR, as quais foram integralmente adiantadas pela Eletrobras, sendo passíveis de ressarcimento mediante autorização do Comitê Gestor.

Nota II: O custeio administrativo apresentado pela Eletrobras referente ao 1º Semestre de 2025, está composto pelos seguintes custos:

Descrição	1º Sem/25 (R\$)
Custos com pessoal - VRR - Atividades de Planejamento	(665.096,34)
Custos com pessoal - VEE - Implantação	(2.359.839,33)
Custos viagens - VEE - Implantação	(71.166,62)
<b>Total Custos Administrativo - 1º Semestre 2025 (R\$)</b>	<b>(3.096.102,29)</b>

Nota III: As obrigações tributárias relacionadas ao PIS e à COFINS, foram apuradas sobre os rendimentos das aplicações financeiras auferidos no 1º Semestre de 2025, conforme demonstrado abaixo:

Mês	Rendimento Bruto (Aplicações)	PIS (0,65%)	COFINS (3,00%)	Total (R\$)
jan/25	10.724.222,88	(69.707,45)	(428.968,92)	(498.676,36)
fev/25	12.088.391,92	(78.574,55)	(483.535,68)	(562.110,22)
mar/25	12.212.409,69	(79.380,66)	(488.496,39)	(567.877,05)
abr/25	15.032.553,44	(97.711,60)	(601.302,14)	(699.013,73)
mai/25	13.272.825,14	(86.273,36)	(530.913,01)	(617.186,37)
jun/25	13.081.278,21	(85.028,31)	(523.251,13)	(608.279,44)
<b>Totais (R\$)</b>	<b>76.411.681,28</b>	<b>(496.675,93)</b>	<b>(3.056.467,25)</b>	<b>(3.553.143,18)</b>

Nota IV: Considerando a natureza fiscal e tributária de determinados fornecedores contratados para execução dos projetos, prestação de serviços de BPO e de Auditoria Independente, os pagamentos de determinadas medições foram realizados com retenção dos tributos destacados nas respectivas Notas Fiscais de Serviço Eletrônicas (NFS-e), conforme demonstrado no quadro a seguir. Tais valores retidos deverão ser recolhidos pela Eletrobras e serão passíveis de ressarcimento pela CPR.

Projeto	Fornecedor	Contrato	Nº NF	Valor NF (R\$)	Retenções NF (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Pagamento
EF-006	INC Ind. Naval	4500080050	173	763.739,07	-	763.739,07	09/01/25
EF-006	INC Ind. Naval	4500080050	178	309.103,10	-	309.103,10	10/02/25
EF-006	INC Ind. Naval	4500080050	182	606.055,89	-	606.055,89	10/03/25
EF-003	Engeconsult	4500081918	10709	20.899,96	(2.330,35)	18.569,61	10/03/25
EF-008	Engeconsult	4500082252	10693	2.499,25	(278,67)	2.220,58	05/03/25
EF-005	Engeconsult	4500081907	10688	28.599,68	(3.188,87)	25.410,81	05/03/25
EF-004	Engeconsult	4500082247	10739	27.681,20	(3.086,46)	24.594,74	04/04/25
EF-006	INC Ind. Naval	4500080050	187	1.073.157,58	-	1.073.157,58	09/04/25
EF-009	Accenture	4500078923	41866	115.500,00	(7.103,25)	108.396,75	14/04/25
EF-006	INC Ind. Naval	4500080050	191	500.716,32	-	500.716,32	08/05/25
EF-060	Accenture	4500082884	42070	54.356,08	(3.342,90)	51.013,18	21/05/25
EF-061	Accenture	4500082884	42070	46.590,92	(2.865,34)	43.725,58	21/05/25
EF-011	Accenture	4500082884	42070	93.127,99	(5.727,37)	87.400,61	21/05/25
EF-002	Accenture	4500082884	42070	19.028,89	(1.170,28)	17.858,60	21/05/25
EF-001	Accenture	4500082884	42070	31.345,97	(1.927,78)	29.418,19	21/05/25
EF-010	Accenture	4500082884	42070	115.500,00	(7.103,25)	108.396,75	21/05/25
EF-013	Accenture	4500082884	42070	13.206,34	(812,19)	12.394,15	21/05/25
EF-064	Accenture	4500082884	42070	6.101,32	(375,23)	5.726,09	21/05/25
EF-024	Accenture	4500082884	42070	11.736,87	(721,82)	11.015,05	21/05/25
EF-006	Bureau Veritas	4500081283	125558	31.328,16	(3.493,07)	27.835,09	22/05/25
EF-006	Bureau Veritas	4500081283	124929	38.846,91	(4.331,42)	34.515,49	22/05/25
EF-006	Bureau Veritas	4500081283	125559	38.846,91	(4.331,42)	34.515,49	22/05/25
EF-080	Accenture	4500078923	41728	115.500,00	(7.103,25)	108.396,75	27/05/25
EF-006	INC Ind. Naval	4500080050	196	631.057,57	-	631.057,57	11/06/25
EF-005	Engeconsult	4500081907	10914	114.398,72	(12.755,46)	101.643,25	12/06/25
EF-006	Bureau Veritas	4500081283	126963	38.846,91	(4.331,42)	34.515,49	13/06/25
Auditoria	Consórcio BEZ & Delos	4500078147	4792	75.533,33	(4.645,30)	70.888,03	06/06/25
<b>Totais (R\$)</b>				<b>4.923.304,94</b>	<b>(81.025,10)</b>	<b>4.842.279,81</b>	

Fonte: Relatório de Auditoria Independente, p.14, jul/25.

O Relatório conclui que “com base nos procedimentos realizados e nas evidências obtidas, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que os valores apresentados pela **Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras** para fins de **Prestação de Contas da CPR São Francisco e Parnaíba**, relativa ao período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2025 (1º Semestre de 2025), estejam em desacordo com as diretrizes, objetivos e propósitos previstos no Decreto nº 10.838 de 18 de outubro de 2021.”.

#### **IV. Considerações Finais**

Espera-se também que, no próximo relatório, seja possível verificar o andamento das contratações em seus aspectos operacionais, orçamentários e financeiros, bem como o acompanhamento dos indicadores de processo para a implementação das ações no âmbito da CPR São Francisco e Parnaíba.

Informa-se que toda a documentação de referência está publicizada no sítio eletrônico: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/comites-gestores-das-contas-dos-programas-de-revitalizacao-dos-recursos-hidricos/comites-gestores-das-contas-dos-programas-de-revitalizacao-dos-recursos-hidricos>.

Convém ainda esclarecer que o Sistema Clarity, anteriormente apontado como ferramenta de gestão que seria adotada foi descontinuado tendo em vista a dificuldade de acesso dos membros e falhas na atualização.

Desta forma, para o intercâmbio documental a equipe da Secretaria-Executiva utiliza o painel PowerBI “Fundos Regionais” criado pela Eletrobras que permite acesso em tempo hábil e atualizado à situação da execução física e financeira de cada ação aprovada. Ainda, foi disponibilizado pela Eletrobras na plataforma do Sharepoint página para organização, armazenamento e compartilhamento de correspondências.

O detalhamento da execução das ações, bem como os desembolsos são apresentados no relatório da Eletrobras, anexo V, assim como os custos de BPO, engenharia consultiva e fiscalização.

Ressaltamos ainda que as ações contribuem com as metas das políticas e dos planos setoriais dos ministérios que compõem o Comitê Gestor, visando a sinergia entre estes para resultados mais amplos e eficientes.

## Referências Bibliográficas

1. Texto-base do Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas – PNRBH.
2. Plano de Recuperação dos Reservatórios de Regularização das Usinas Hidrelétricas do País - PRR, elaborado em atendimento ao Art. 30 da Lei nº 14.182, de 2021, e aprovado pela Resolução nº 8 do Conselho Nacional de Política Energética, de 11 julho de 2022.
3. Estudo da Universidade Federal de Viçosa - UFV contendo a Metodologia de Priorização de Áreas Para Recuperação Ambiental nas Cabeceiras Selecionadas das Bacias dos Rios Grande, Paranaíba, São Francisco e Parnaíba (Viçosa, 2023).
4. Nota Técnica 23/2023/CGHI/DDOS/SNEE de 20 de novembro de 2023, processo SEI MME Nº 48340.003861/2022-39 emitida pelo Ministério de Minas e Energia.

## Anexos

**I-Planilhas de Detalhamento das ações previstas no Plano de Trabalho CPR São Francisco e Parnaíba – Plano de Trabalho CGPRH – SEI/MIDR 5166848.** Disponível em [PLANO DE TRABALHO-CPRSFP 2025 .xlsx](#)

### II-Resoluções

[RESOLUÇÃO Nº 1, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023](#). Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor da Conta do Programa de Revitalização dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba - CPR São Francisco e Parnaíba, conforme previsto no Art. 9º do Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021.

[RESOLUÇÃO Nº 2, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023](#). Dispõe sobre procedimentos para elaboração e execução do Plano de Trabalho de que trata o art. 9º do Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021.

[RESOLUÇÃO Nº 3, DE 10 DE JANEIRO DE 2024](#). Aprova as Diretrizes para Contratação de Auditoria Independente de que trata o Art. 6º do Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021.

[RESOLUÇÃO Nº 4, DE 21 DE MARÇO DE 2024](#). Aprova o Plano de Trabalho com o planejamento das ações que gerem recarga das vazões afluentes e ampliem a flexibilidade operativa dos reservatórios, conforme estabelecido pelo Comitê Gestor da Conta do Programa de Revitalização dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba - CPR São Francisco e Parnaíba, conforme previsto no Art. 9º do Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021.

### **III-Atas**

Disponíveis em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/composicao/orgaos-colegiados/comites-gestores-das-contas-dos-programas-de-revitalizacao-dos-recursos-hidricos/comites-gestores-das-contas-dos-programas-de-revitalizacao-dos-recursos-hidricos>

### **IV-Relatório da Auditoria Independente**

Disponível em: [Produto 3.3 - Rel. Prestação de Contas Semestral CPR SFP - 1º Sem25 VF.pdf](#)

### **V-Relatório da Eletrobras**

Disponível em: [Prestação de Contas - Eletrobras.pdf](#)